



**FHE** **POUPEX**

## INFLUÊNCIAS DOCTRINÁRIAS NA DOCTRINA MILITAR TERRESTRE BRASILEIRA AO LONGO DA HISTÓRIA



Cel CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Historiador Militar e Jornalista Presidente e Fundador da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS) e sócio benemérito do Instituto de Geografia Militar e História Militar do Brasil (IGHMB) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e integrou a Comissão de História do Exército do Estado- Maior do Exército 1971/1974. Presidente emérito fundador das academias Resendense e Itatiaense de História e sócio dos Institutos Históricos de São Paulo, Rio de Janeiro e Sorocaba. Foi o 3º vice presidente do IEV no seu 13º Encontro do IEV em Resende e Itatiaia que coordenou o Simpósio sobre a Presença Militar no Vale do Paraíba, cujas comunicações reuniu em volumes dos quais existe exemplar no acervo da FAHIMTB doado a Academia Militar das Agulhas Negras. É Acadêmico e Presidente Emérito fundador das Academias Resende onde é titular da cadeira Conde de Resende e, Itatiaense de História, sendo que da última é Presidente emérito vitalício e também Presidente de Honra. Serviu no Estado-Maior do II Exército 1976/1977, atual CMSE. Desde 1978 está ligado a Resende onde foi instrutor de História Militar na AMAN. E onde desde 1980 possui casa no Bairro Jardim das Rosas em Itatiais

Digitalização de Artigo do autor publicado para ser colocado em Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br) e cópia impressa no acervo da FAHIMTB doado em Boletim `a AMAN, e em levantamento para sua inclusão no Projeto Pergamium das bibliotecas do Exército

**INFLUÊNCIAS DOCTRINÁRIAS NA DOCTRINA MILITAR  
TERRESTRE BRASILEIRA AO LONGO DA HISTÓRIA**

**Presidente da FAHIMTB e AHIMTB Resende Marechal Mário Travassos**

O Exército Colonial de Portugal no Brasil, até a União das Coroas de Portugal e Espanha (1580-1640), possuía sua doutrina emanada de Portugal. Durante a União das Coroas Ibéricas 1580-1640 recebeu influência da Doutrina Militar Espanhola, caracterizada pelo terço, as bandeiras e os troços, nomes dados aos equivalentes, hoje aos, Regimento, Companhia e Pelotão. O comandante do Terço, atual Regimento, era chamado de Mestre de Campo, que equivalia ao hoje Coronel.

Essa Doutrina Militar, ao tempo das guerras holandesas, estava em decadência na Europa e os luso-brasileiros, desenvolveram uma Doutrina Militar genuína chamada na Europa, por especialistas, de Guerra Brasília. Ela aligeirou os terços e deu liberdade de iniciativa a cada combatente, que tinha como arma de choque a espada ou o chuço, por falta carência de armas de fogo e a munição correspondente, em razão, do bloqueio naval do Brasil.

Traduziu a diferença de doutrinas, a Brasília e a Holandesa, a mágoa de um oficial holandês revelada ao Major Antônio Dias Cardoso, ao final da 1ª Batalha dos Guararapes, durante uma troca de prisioneiros:

**Oficial holandês: - *Da próxima vez seremos nós que venceremos, pois combateremos dispersos como vocês combateram!***

**Dias Cardoso: - *Melhor para nós, pois para cada soldado de vocês disperso, necessitarão de um capitão ao lado deles, enquanto que cada soldado nosso é um capitão!***

Com a rendição dos holandeses, na Campina da Taborda, (1654), a Doutrina luso-brasileira passaria a ter influência inglesa, direta ou indireta, através das Ordenanças do Exército de Portugal. Ela perdurou mesmo após a Independência, no todo ou com adaptações (1654-1910).

Em Canudos, ela fracassou, e a criatividade dos quadros do Exército encontrou soluções originais, como a transformação de uma Companhia de Infantaria em Esquadrão de Cavalaria, como tropa de reconhecimento que passou a prevenir emboscadas e, ao mesmo tempo, como instrumento de suprimento, ao recolher, na caatinga, animais que pudessem alimentar a tropa, até a chegada do Ministro da Guerra, Marechal Bittencourt, que solucionou o Apoio Logístico. Enfim, soluções genuínas não constantes das Ordenanças de Portugal e que foram adotadas então.

Como influência inglesa marcante tivemos o Corpo de Doutrina baixado pelo Conde de Lippe, o qual enviou, para o Brasil seu delegado, Tenente-General Henrique Bonh, que organizou o Exército Colonial do Brasil, fortificou o Rio de Janeiro e terminou por liderar o Exército do Sul, na expulsão definitiva dos espanhóis que ocupavam o Rio Grande do Sul, havia 13 anos, ao reconquistar a Vila de Rio Grande (1ª de abril de 1776.) .Existem, em coleções de obras : alguns exemplares da Doutrina do Conde de Lippe.

Com a vinda da Família Real para Brasil, foi implantada na tropa a Doutrina Militar do Marechal Carr Beresford, um inglês a serviço de Portugal.

Mas, na Academia Real Militar o Príncipe Regente D. João introduziu fortíssima influência francesa nos ensinamentos fundamental e profissional. Neste último, era muito usada a obra do Conde Cessac, um expert no assunto do Exército da França. Em 1861, o Duque de Caxias, Ministro da Guerra, com base em sua vitoriosa experiência operacional em quatro campanhas pacificadoras, e na guerra externa, contra Oribe e Rosas (1851-52) e na sua experiência de cerca de oito anos no comando da atual Polícia Militar do Rio de Janeiro, adaptou as Ordenanças de Portugal para as armas às realidades que vivenciara. E com esta ressalva “ *até que se disponha de uma nossa Exército disponha de uma Tática (Doutrina) genuinamente nossa.*”

Com isso ele se tornou pioneiro da nacionalização progressiva da Doutrina Militar Terrestre Brasileira conforme temos repetido, e, como focalizou pioneiramente, na Escola de Comando e Estado - Maior do Exército (ECEME), em 1958, o Coronel Amerino Raposo Filho em seu trabalho CAXIAS E O PROBLEMA MILITAR BRASILEIRO (Rio de Janeiro: SGeEx, 1969- p. 56-63).

Essa Doutrina Militar baixada por Caxias foi a que presidiu o emprego do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai (1865-70), e usada por ele como Comandante-em-Chefe das forças brasileiras e aliadas (1866-68).

Antes, Caxias, como Ministro da Guerra, em 1855, aproveitando a estrutura operacional que imprimiu ao Exército em Operações na Guerra de 1851-52, introduziu no Ministério da Guerra, duas estruturas, uma operacional e outra logística: A operacional sob a égide do Ajudante-General do Exército, que passou a ser efetivamente o comandante do Exército e que, em 1899, foi substituído pelo Estado-Maior do Exército. A

estrutura Logística, sob a égide do Quartel Mestre General e que se ramificava por toda a organização na paz e de guerra.

O Ajudante-General foi substituído pelo Estado-Maior do Exército, órgão de influência doutrinária prussiana sugerida pelo então Capitão Augusto Tasso Fragoso, na REVISTA DO BRASIL e que viria a chefiá-lo na década de 1920.

Depois da Guerra do Paraguai, houve um grande declínio doutrinário, por cerca de trinta anos (1874-1905). O Exército foi dominado pelo bacharelismo militar, com outras preocupações que não o desenvolvimento da Doutrina do Exército como força operacional. A Doutrina era de responsabilidade da Congregação de Professores da Escola Militar da Praia Vermelha, mas que não a implementaram efetivamente.

Conta-se que certa feita, o Coronel Conrado Bitencourt, heroico comandante do Batalhão de Engenheiros aquartelado na Praia Vermelha, encaminhou um importante regulamento militar francês solicitando à Congregação que o traduzisse para ser lido pela tropa. Veio a resposta: *“Não é necessário pois nós o lemos no original!”*

Nesse período, raros oficiais brasileiros tarimbeiros valiam-se da obra (traduzida) do General Favé: Curso de Arte Militar (Rio de Janeiro. Tipografia Militar 1892.)

Essa involução doutrinária refletiu-se nos conflitos internos no início da República: Guerra Civil, Revolta na Armada (1892-95) e Canudos (1897). Neste último apareceu a citada e complexa Ordenança de Portugal, que recebeu o nome de Regulamento Moreira César, em razão de a Comissão encarregada de sua feitura haver homenageado o coronel morto em Canudos, colocando o seu retrato ilustrando-lhe a capa. Era este regulamento incompatível com as realidades dos pampas sulinos e das caatingas nordestinas, a não ser na defesa de localidades como foi o caso de Bagé e Lapa, sitiadas por federalistas em 1893-94.

Ainda em Canudos, para enfrentar as mesmas realidades operacionais e logísticas, foi que o Coronel Carlos Telles, comandante do 31<sup>a</sup> Batalhão de Infantaria, de Bagé, teve a inspiração de improvisar um Esquadrão de Cavalaria com o qual preveniu futuras emboscadas e recolheu cabeças de gado esparsas na caatinga para alimentar a tropa.

O problema logístico só seria, porém, solucionado com a Cadeia de Apoio Logístico que o Ministro da Guerra, Marechal Bittencourt, estabeleceu na Bahia, em apoio as forças operando contra Canudos. Foi o que lhe valeu a consagração, como patrono da Intendência do Exército.

De 1910-20 o Exército sofreu grande influência prussiana. O Marechal Hermes da Fonseca, como Ministro da Guerra, enviou oficiais para estágio no Exército Alemão. De retorno fundaram, em 1913, a centenária revista A DEFESA NACIONAL, que passou a difundir a Doutrina Alemã, a qual ganhou grande impulso pelas mãos da Missão Indígena, da Escola Militar do Realengo (1919-21), integrada por muitos dos oficiais com curso na Alemanha ou a eles ligados.

Em 1918, quase ao final da guerra, o Brasil enviou à França 24 oficiais que integraram a Comissão de Estudos e Operações e de Aquisição de Material Bélico (1918-19). A finalidade era absorver, inclusive combatendo nos exércitos aliados, ensinamentos da Doutrina Militar Terrestre da França e adquirir material bélico para implantá-lo no Brasil, no Exército e na sua Aviação.

E eles trouxeram valiosos subsídios e ideias, como o Tenente-Coronel José Fernandes Leite de Castro, e os tenentes José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e Cristóvão de Castro Barcellos, que tiveram grande projeção nos destinos do Exército depois da Revolução de 1930.

Estudou a vida do Marechal José Pessoa, o chefe de maior projeção dessa Comissão, idealizador da AMAN e introdutor dos blindados em nosso Exército, o Coronel Hiram Freitas Câmara em MARECHAL JOSÉ PESSOA, A FORÇA DE UM IDEAL. (Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1986.)

Era adido militar na França o Major Alfredo Malan d'Angrone quando foi encarregado de contratar a Missão Militar Francesa (MMF), para o nosso Exército, sendo a primeira chefiada pelo General Gamelin.

Essa Missão Militar chegou ao Brasil, em 1920 e, por cerca de 19 anos, até a Segunda Guerra Mundial, exerceu grande influência doutrinária no ensino do Exército. Em 1939, ela foi substituída por: uma Missão Militar dos Estados Unidos

No Arquivo Histórico do Exército foi iniciado, em 1985, um projeto denominado História da Doutrina do Exército Brasileiro, reunindo numa regulamentos que de longa data presidiram ou vinham presidindo o emprego do Exército Brasileiro.

Eis, pois em largos traços as influências doutrinárias recebidas pelo nosso Exército que herdou doutrinas genuínas a GUERRA BRASÍLICA, A GUERRA À GAUCHA e desenvolve através do CIGS doutrina específica de GUERRA NA SELVA para a proteção de nossa Amazônia.

Sentindo a , necessidade de um aprofundamento maior na História Militar Terrestre na Amazônia, pouco conhecida, pesquisada e, sobretudo,

não interpretada quanto às lições táticas, estratégicas e logísticas que sugere, a serviço da segurança militar da Amazônia, hoje com mais ameaças potenciais que no passado publicamos nosso livro

**AMAZÔNIA BRASILEIRA.CONQUISTA.**

**CONSOLIDAÇÃO.MANUTENÇÃO.HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE 1616-2004.Porto Alegre:AHIMTB,2004.**

**Obra prefaciada pelo acadêmico emérito FAHIMTB Gen Ex Luis Gonzaga Schroeder ex-Comandante do Comando Militar da Amazônia e posfaciada pelo Gen Bda Claudimar Magalhães Nunes , Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras e ex- comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva em Boa Vista –Roraima e 3º Presidente de Honra da AHIMTB(HojeFHIMTB)**

